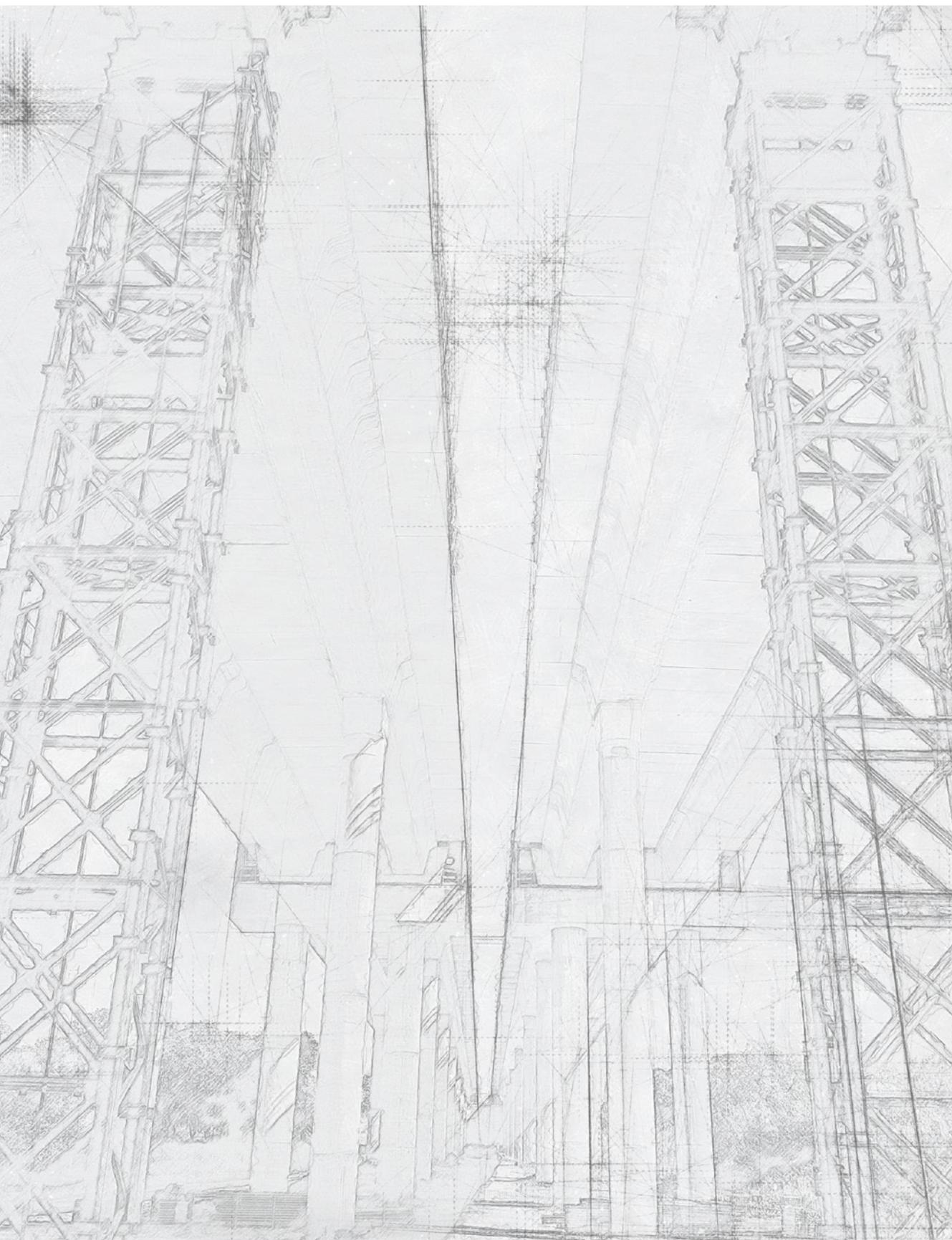


# 2017

RELATÓRIO  
E CONTAS  
**2017**



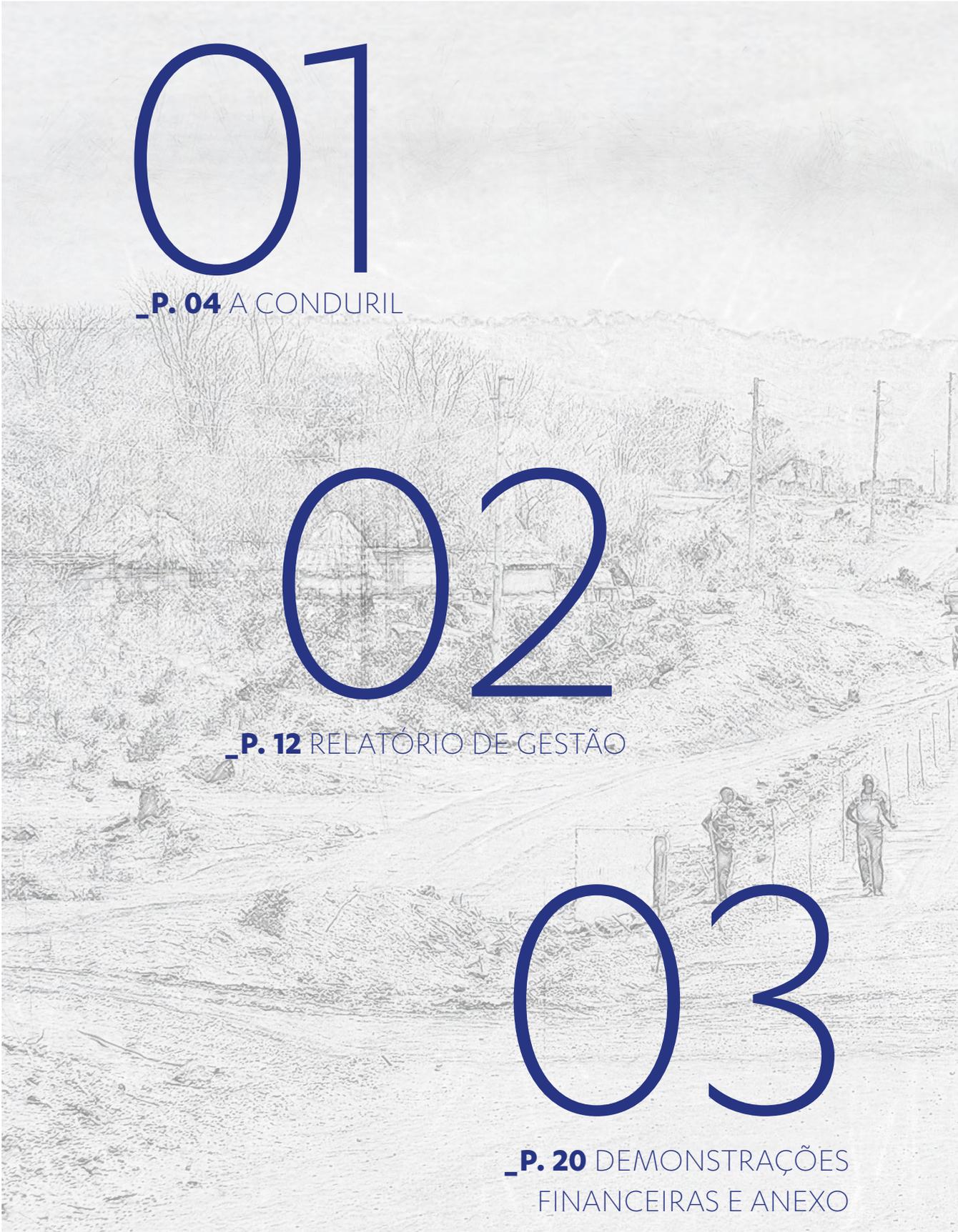




Portugal

**\_CONDURIL**

RELATÓRIO E CONTAS **2017**



01

**\_P. 04** A CONDURIL

02

**\_P. 12** RELATÓRIO DE GESTÃO

03

**\_P. 20** DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E ANEXO

**\_ÍNDICE**

RELATÓRIO E CONTAS **2017**

# 04

**\_P. 58** RELATÓRIO E PARECER  
DO CONSELHO FISCAL

# 05

**\_P. 62** CERTIFICAÇÃO  
LEGAL DAS CONTAS



# **\_A CONDURIL**

RELATÓRIO E CONTAS **2017**



Portugal

NUMA ENVOLVENTE EM CONSTANTE MUDANÇA QUE SE CARACTERIZA PELA EXISTÊNCIA DE CADA VEZ MAIS E MAIORES DESAFIOS QUE SISTEMATICAMENTE COLOCAM À PROVA AS CAPACIDADES DAS EMPRESAS E A SUA PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA, **AO LONGO DO ANO DE 2017, FOI APROFUNDADA E REFORÇADA A DIFUSÃO DA ESTRATÉGIA GLOBAL DA CONDURIL,** ASSENTE NOS PRINCÍPIOS BASILARES DEFINIDOS NOS PRIMÓRDIOS DA SUA EXISTÊNCIA.

**\_NESTE SENTIDO, ASSINALAMOS OS SEGUINTES ACONTECIMENTOS, COMO OS MAIS MARCANTES DESDE A SUA CONSTITUIÇÃO:**

**TRANSFORMAÇÃO  
EM 1976**  
EM S.A.R.L.

**ADQUISIÇÃO  
EM 1970**  
PELOS ATUAIS ACIONISTAS  
DE REFERÊNCIA

**FUNDAÇÃO  
EM 1959**  
COM A DENOMINAÇÃO  
"CONDURIL - CONSTRUTORA  
DURIENSE, LDA."

**ADMISSÃO À  
NEGOCIAÇÃO  
EM 1990**  
NA BOLSA DE VALORES

**ALTERAÇÃO DA  
DESIGNAÇÃO SOCIAL  
EM 2011**  
PARA "CONDURIL -  
ENGENHARIA, S.A."



**\_APÓS 1970 FOMENTOU-SE A CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DA CONDURIL, MATERIALIZADA NUMA COLETÂNEA DE OPÚSCULOS AMPLAMENTE DIFUNDIDA PELOS COLABORADORES, BASEADOS NOS FUNDAMENTOS PERMANENTES QUE TRADUZEM A SUA ATUAÇÃO E QUE SE ENCONTRAM RESUMIDOS NA SUA VISÃO, MISSÃO E NOS SEUS VALORES:**

## VISÃO

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil, quer no mercado nacional quer no estrangeiro;
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ser uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

## MISSÃO

Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

## VALORES

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa, ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos. São estes os nossos valores e os fundamentos de todos os nossos princípios.

Desde então, centrando a sua atuação única e exclusivamente no setor da Engenharia Civil, a Conduril tem vindo a cimentar a relação com os seus principais *Stakeholders*, apostando no reforço da sua solidez financeira mas sem descorar a sua responsabilidade social, fundamentalmente alicerçada no bem-estar dos seus colaboradores, onde tem garantido por sua conta e risco todas as expensas relacionadas com o Fundo de Pensões Conduril (constituído em 1989), com o seguro de Saúde e também com a sua própria academia de formação – a Conduril Academy –, que atua nos mercados de Angola e Moçambique.

O foco na perenidade da sua existência, tem levado a Conduril a analisar escrupulosamente as oportunidades de negócio consideradas atrativas. No início da década de 90, iniciou-se a expansão da sua atividade a diversos países, cuja gestão se encontra centralizada sobretudo em dois domínios: ÁFRICA AUSTRAL (A.A.) e PORTUGAL mais resto do mundo exceto A.A.:

## PORTUGAL E RESTO DO MUNDO

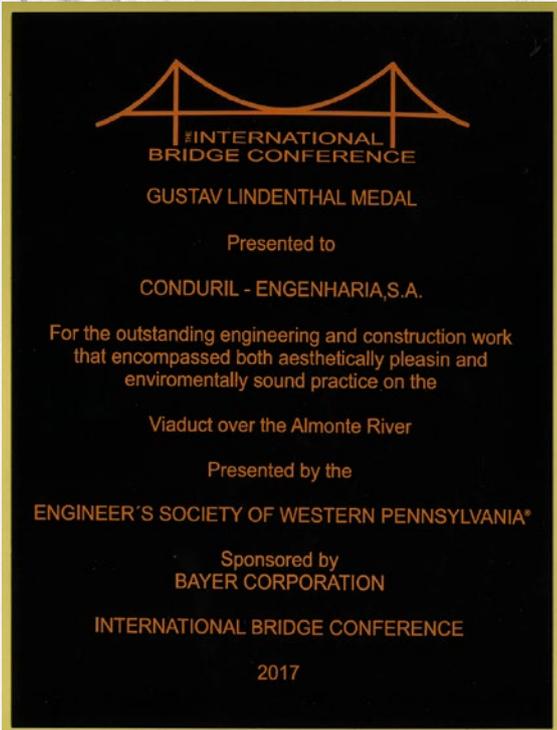
## ÁFRICA AUSTRAL

<b>PORTUGAL</b>	> 1959	
	1990 <	<b>ANGOLA</b>
	1997 <	<b>MOÇAMBIQUE</b>
<b>MARROCOS</b>	> 2005	
	2008 <	<b>BOTSWANA</b>
<b>ESPANHA</b>	> 2010	
<b>CABO VERDE</b>	> 2011	
<b>SENEGAL</b>	> 2012	
	2012 <	<b>MALAWI</b>
	2013 <	<b>ZÂMBIA</b>
	2015 <	<b>GABÃO</b>

Por forma a robustecer e apoiar a ESTRATÉGIA GLOBAL da Conduril foi definida uma nova estrutura organizacional. Este novo modelo, alinhado com a visão estratégica definida, tem como pilares três grandes centros de decisão que em uníssono e apoiados pelas estruturas funcionais que os assistem serão o suporte fundamental na concretização dos objetivos definidos.



COM O ESFORÇO EMPENHADO NA SUA ESTRATÉGIA, A CONDURIL TEM ALCANÇADO AS METAS ESTABELECIDAS AO NÍVEL DE RETORNO, DA SATISFAÇÃO DE TODOS AQUELES QUE SÃO ENVOLVIDOS NO SEU CICLO PRODUTIVO E DO RECONHECIMENTO POR ENTIDADES INDEPENDENTES QUE FREQUENTEMENTE VÊM LEGITIMANDO O MÉRITO DA EMPRESA COM **DISTINÇÕES AO NÍVEL DA SUA PERFORMANCE ECONÓMICA E FINANCEIRA, DA SATISFAÇÃO E ENVOLVÊNCIA DOS SEUS COLABORADORES E DA QUALIDADE E TÉCNICA DOS SERVIÇOS PRESTADOS**. EM PARTICULAR, EM 2017, DESTACAM-SE AS DUAS DISTINÇÕES QUE SE REPRODUZEM EM SEGUIDA:



Distinção atribuída pela Neves de Almeida | HR Consulting



# **\_RELATÓRIO DE GESTÃO**

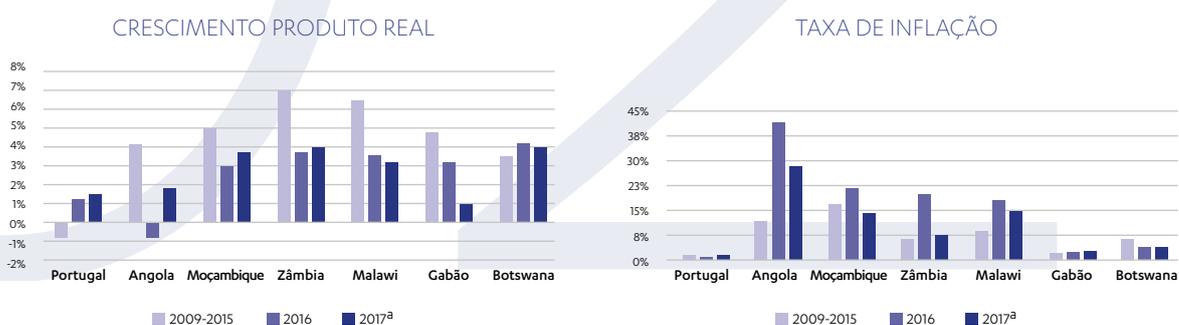
RELATÓRIO E CONTAS **2017**



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS, NOMEADAMENTE NOS TERMOS DOS ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O RELATÓRIO DE GESTÃO, AS CONTAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

**1** O ano de 2017 determinou algumas surpresas ao nível da economia mundial com um crescimento que superou as perspetivas mais otimistas: a conjugação de algumas condições financeiras – os mercados de ações atingiram níveis recordes e o dólar teve um comportamento abaixo do esperado – com políticas governamentais mais favoráveis, potenciaram um fortalecimento do comércio internacional.

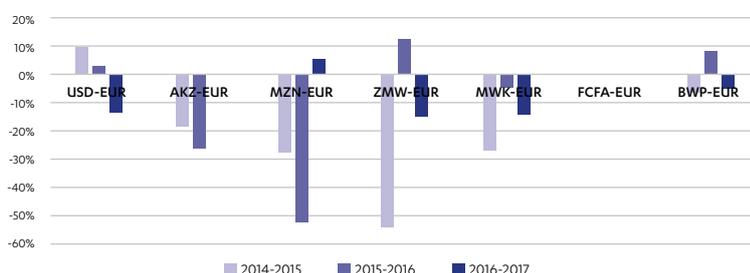
Este foi também um sentimento presente nas economias onde a Conduril desenvolve a sua atividade, nas quais se assistiu a uma melhoria dos principais indicadores económicos após o período mais recessivo sentido nos últimos anos, porém, e no que diz respeito às economias africanas – que se mantêm muito dependentes da volatilidade internacional das suas *commodities* – ainda muito aquém do período de expansão vivido anteriormente.



<sup>a</sup> Valores previsionais

Fonte: ONU, Situação Económica Mundial e Perspetivas 2018

## VARIAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO



Em Portugal, o setor da engenharia civil acompanhou o comportamento da restante economia, com um crescimento de 6%, todavia, e no que diz respeito às obras públicas, mantém-se muito expressivo o desvio – 1.700 milhões de euros – entre as obras promovidas e as adjudicadas.

O ano de 2017, ficou também marcado pelo processo eleitoral vivido em Angola, o qual ocorreu sem incidentes, começando-se a fazer sentir as mudanças na condução das políticas económicas do país. Neste contexto, o novo regime de câmbios flutuantes a que o kwanza está sujeito desde o início de 2018 trará desafios acrescidos ao país.

Moçambique continua a atravessar uma das piores crises financeiras das últimas décadas em resultado do excesso de dívida externa assumida que levou à suspensão do financiamento internacional a partir de 2016. Também a crescente dívida pública na Zâmbia levou este país a iniciar um processo de conversações com o FMI, porém, o ano de 2017 ficou marcado pelo fracasso de um possível acordo de resgate.

Apesar do comportamento da economia mundial em 2017 permitir encarar com algum entusiasmo o ano de 2018, a imposição de crescentes restrições nas políticas comerciais e a intensificação das tensões geopolíticas latentes poderão provocar uma súbita degradação do cenário macroeconómico global.



Malawi

**2\_** Não descurando o mercado nacional, mas perante a sua exiguidade, a aposta noutros mercados geográficos mantém-se determinante na atuação da Conduril cujo contributo em 2017 para o volume de negócios ascende a cerca de 80%.

Em 2017, foram concluídas algumas obras de referência, entre as quais se destacam: as obras da Subconcessão do Baixo Alentejo, do Túnel de Águas Santas, da Subestação da REN em Porto Alto ou da reabilitação da Ponte do Arade, em Portugal; a obra da Cabinda Base, em Angola; a Estrada Nyimba/Sinda na Zâmbia e a obra do Viaduto de Almonte – TGV, em Espanha. Em reconhecimento pelos trabalhos executados nesta última obra, em 2017 fomos agraciados com a prestigiada Medalha Gustav Lindenthal, na *Internacional Bridge Conference*, pela *Engineer's Society of Western Pennsylvania*, reproduzida anteriormente.

Com a conclusão dos trabalhos relativos à Subconcessão do Baixo Alentejo, o ano de 2018 será o primeiro ano de operação integral desta subconcessão.

A dinamização macroeconómica sentida em Portugal permitiu a angariação de diversas obras novas, designadamente a modernização do Troço Ferroviário Covilhã-Guarda da Linha da Beira Baixa e a

**...EM RECONHECIMENTO PELOS TRABALHOS EXECUTADOS NESTA ÚLTIMA OBRA [VIADUTO DE ALMONTE - TGV, ESPANHA], EM 2017 FOMOS AGRACIADOS COM A PRESTIGIADA MEDALHA GUSTAV LINDENTHALM, NA INTERNACIONAL BRIDGE CONFERENCE...**

reabilitação da Ponte Internacional do Guadiana. Por sua vez, na África Austral as obras em curso continuam a bom ritmo, salientando-se a obra de reabilitação do Porto Cais de Malongo – Angola para a Cabinda Gulf Oil Company e a adjudicação da construção da Estrada Condé–Ébo, obra custeada com recurso a financiamento externo, bem como a adjudicação de quatro estradas secundárias na zona de intervenção da Estrada Nyimba/Sinda – Zâmbia em resultado do bom trabalho realizado nesta última.

Perante as oportunidades e ameaças que a expansão geográfica pode acarretar, a Conduril mantém-se atenta a possíveis projetos em novos mercados, sustentando estas expectativas em análises criteriosas e abrangentes prévias a qualquer potencial proposta. É neste contexto que empreendemos o mercado da África do Sul e para o qual temos boas expectativas para o ano de 2018. Iguamente ao nível dos mercados da América Latina e América Central temos vindo a desenvolver um trabalho que contamos que nos trará frutos oportunamente.

**3\_** Mantém-se o reforço da estratégia de investimento seguida, a qual tem sido constante e transversal a diversas áreas com aposta na melhoria das infraestruturas, da capacidade produtiva e da qualificação dos seus recursos humanos.

Ao nível das infraestruturas é de referir a nova sede em Angola, uma obra imponente situada no coração de Luanda com uma área de construção total de 5.461 m<sup>2</sup> dividida por 15 níveis verticais, a qual se encontra em fase de acabamentos.

Por forma a impor uma dinâmica e flexibilidade operacional à unidade produtiva interna da metalomecânica, ao longo de 2017, procedeu-se à consolidação desta atividade que culminou com a sua autonomização numa empresa independente, a Edirio - Construções, S.A., à semelhança do processo já ocorrido em 2013 em Angola com a Urano, Lda. Assim, a Conduril engloba na sua esfera de atuação duas empresas especializadas na prestação de serviços de metalomecânica, uma em Portugal e outra em Angola.

A primazia dada às condições de produtividade e de rentabilidade tem-se traduzido num investimento relevante efetuado ao nível da qualificação e especialização dos seus colaboradores que se efetivou num volume de horas de formação de 22.350 no universo Conduril, em 2017. Neste âmbito, a Conduril Academy continua a ter um papel fundamental na renovação de competências e especialização técnica e tecnológica no ramo da construção civil e obras públicas sendo este o organismo da Conduril responsável, em Angola e Moçambique, por garantir a qualificação profissional e escolar de todos os seus trabalhadores, com a credenciação e o reconhecimento de competências profissionais integrando a alfabetização e aceleração escolar. Relativamente a estas últimas valências, e não existindo nenhuma subsídição governamental, a Conduril Academy trabalha em estreita e permanente colaboração com os Ministérios da Educação de Angola e de Moçambique, tendo em Angola, num universo de cerca de 1.000 colaboradores angolanos, conseguido baixar o nível de analfabetismo de 24%, em 2011, para 2%, em 2017.

**... A PRIMAZIA DADA ÀS CONDIÇÕES DE PRODUTIVIDADE E DE RENTABILIDADE TEM-SE TRADUZIDO NUM INVESTIMENTO RELEVANTE EFETUADO AO NÍVEL DA QUALIFICAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS SEUS COLABORADORES...**



Moçambique

**4.** A Conduril voltou a demonstrar ao longo de 2017 que é possível superar dificuldades que persistem no setor mantendo-se fiel à sua conduta, isto é, pautando a sua atividade na área da engenharia civil com honestidade, solidez e confiança. Deste modo, foi possível retomar o crescimento sustentado do volume de negócios e ao mesmo tempo apresentar resultados positivos e uma melhoria dos principais indicadores financeiros conforme se evidencia em seguida:

INDICADORES	2015	2016	2017
Ativo líquido (€)	498.308.106	461.090.163	456.017.167
Passivo (€)	285.792.573	247.810.151	238.188.307
Capital próprio (€)	212.515.533	213.280.013	217.828.860
Dívida líquida (€)	27.814.039	-34.945.198	-32.045.329
Volume de negócios (€)	173.689.057	132.124.399	140.460.967
Variação volume de negócios		-24%	6%
EBITDA (€)	29.429.072	28.645.047	33.358.782
Resultado líquido do período (€)	6.171.538	4.236.804	7.006.696
Autonomia financeira	43%	46%	48%
Liquidez geral *	192%	205%	170%
Rácio de solvabilidade	74%	86%	91%
Rácio de endividamento	134%	116%	109%
Rentabilidade das vendas	4%	3%	5%
EBITDA/Volume de negócios	17%	22%	24%

\* A redução dos indicadores de liquidez resulta de uma reclassificação meramente contabilística, sendo que, caso a mesma não ocorresse, estes indicadores apresentariam valores mais próximos dos verificados nos anos anteriores.

CÁLCULO DA DÍVIDA LÍQUIDA	2015	2016	2017
Financiamentos de médio e longo prazo	68.753.338	61.450.218	50.848.697
Financiamentos de curto prazo	85.729.431	67.646.304	63.589.188
Ativos financeiros detidos para negociação e outros investimentos financeiros	-101.782.737	-72.415.085	-57.415.659
Outros ativos financeiros	-5.000	-83.041.539	-83.041.539
Caixas e depósitos bancários	-24.880.993	-8.585.096	-6.026.017
<b>Dívida líquida</b>	<b>27.814.039</b>	<b>-34.945.198</b>	<b>-32.045.329</b>

Ao longo dos últimos 3 anos, a evolução apresentada evidencia uma clara preocupação com a redução dos níveis de endividamento e, em sentido contrário, uma melhoria da autonomia financeira. A este nível, é importante referir que os atrasos na concretização da convenção referida no relatório do ano anterior têm penalizado os resultados financeiros da empresa e consequentemente o resultado líquido do período, situação que ficará sanada com o respetivo recebimento, já confirmado, que ocorrerá até 21 de março de 2018.

A capacidade financeira da empresa apresenta assim valores estáveis, manifestamente superiores aos da média do setor, fundamentada pela preocupação constante na sua sustentabilidade no longo prazo, particularmente evidente no reforço permanente dos seus capitais próprios.

**5.** Os procedimentos internos implementados pela Conduril em toda a sua estrutura continuam a ser uma aposta segura e um dos seus fatores de diferenciação, que ano após ano vêm sendo reconhecidos pelas entidades externas competentes, como são os casos:

- da revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade em Portugal, na delegação de Moçambique e na ENOP e transição com sucesso na sucursal de Angola, Métis e Urano, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015, pela APCER;
- da revalidação das certificações no âmbito do sistema de gestão da segurança e saúde do trabalho em Portugal, sucursal de Angola, na Métis, e na Urano, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;
- da renovação da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal, tendo sido concretizada com sucesso a transição para a norma NP EN ISO 14001:2015, pela APCER;
- da renovação da acreditação, pelo IPAC, ao Laboratório Central de Portugal, de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005;
- do acompanhamento e manutenção da certificação obtida no âmbito da marcação CE para as estruturas metálicas produzidas no Pólo Industrial de Portugal, segundo a norma EN1090+1:2009+A1:2011; e,
- das avaliações de satisfação dos seus clientes que atribuíram uma avaliação média de 17 valores no mercado nacional e 18 valores no mercado da África Austral.



Angola

**6\_** Num setor particularmente vulnerável às oscilações das principais variáveis macroeconómicas, a cultura da Conduril consubstancia-se num conjunto de valores que se focam no sentido único de alcançar os objetivos estabelecidos e, sobretudo alicerçar a sua perenidade. Deste modo, o futuro não é encarado como um obstáculo, mas antes como um desafio, onde a sua atividade continuará a ser pautada:

- pelo robustecimento das relações estabelecidas com os seus clientes, materializada atualmente numa carteira de encomendas superior a 300 milhões de euros;
- pela análise exaustiva e ponderada de projetos que, dentro da estratégia definida, permitam alargar o leque de clientes e proporcionam a expansão geográfica a novos países;
- pela aposta na sua solvabilidade, muitas das vezes em detrimento do crescimento, mantendo os principais indicadores económicos e financeiros em níveis considerados sólidos e estáveis, apostando no reforço dos *cash-flows* subjacentes;
- não esquecendo a sua responsabilidade social, nomeadamente, ao nível dos seus colaboradores e das sociedades onde desenvolve a sua atividade, como confirma a atribuição do 1.º lugar (Grandes Empresas) no Índice da Excelência atribuído pela Neves de Almeida | HR Consulting em parceria com INDEG-ISCTE, Human Resources Portugal e Executive Digest.

**7\_** Outras informações anexas:

- a\_** A Conduril detém sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.
- b\_** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.
- c\_** O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.
- d\_** As ações próprias detidas, que ascendem a 200.000, não foram objeto de qualquer transação no ano.
- e\_** Os valores mobiliários emitidos pela CONDURIL - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações da acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes que adquiriu, em bolsa, 200 no dia 09 de março, 200 no dia 14 de março e 100 ações no 06 de junho, pelos valores unitários de 36, 36 e 45 euros, respetivamente.



Portugal

8\_ Ciente da importância da estabilidade financeira da Conduril, o Conselho de Administração, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, propõe que o resultado líquido do período no valor de 7.006.696 euros apresente a seguinte aplicação:

- Dividendos: 2.700.000 euros, que correspondem a 1,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 4.306.696 euros.

9\_ O Conselho de Administração, para concluir o seu relatório, manifesta o seu expresso agradecimento a todos aqueles que vêm colaborando com a Conduril ao longo da sua história.

Aos clientes, colaboradores, fornecedores, instituições financeiras e Órgãos Sociais, o Conselho de Administração reitera a sua convicção de que o esforço conjunto é o melhor caminho para ultrapassar todas as adversidades.

Ermesinde, 26 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

---

António Luís Amorim Martins (*Chairman*)

---

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)

---

Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (CFO e vice-CEO)

---

Álvaro Duarte Neves Vaz

---

António Baraças Andrade Miragaia

---

António Emanuel Lemos Catarino

---

Carlos António Soares de Noronha Dias

---

Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães



# **\_DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO**

RELATÓRIO E CONTAS **2017**



Angola

## BALANÇO

\_ EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	NOTAS	2017	2016
<b>ATIVO</b>			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>			
Ativos fixos tangíveis	2;3;7	54.603.777	54.456.988
Ativos intangíveis	2;3;6	5.280.122	5.319.916
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	12.441.923	11.731.047
Outros investimentos financeiros	3;9;18	84.990.440	29.513.042
Ativos por impostos diferidos	3;17	103.713	268.643
Subtotal		157.419.976	101.289.636
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
Inventários	3;10	11.106.258	12.054.581
Clientes	3;18	131.622.757	112.258.052
Clientes c/ retenções de garantias	3;18	5.454.928	6.978.962
Estado e outros entes públicos	20	12.306.994	12.687.755
Outros créditos a receber	3;18;20	46.819.627	51.385.688
Diferimentos	3;20	274.357	393.770
Ativos financeiros detidos para negociação	3;18	1.944.715	72.415.085
Outros ativos financeiros	3;4;18	83.041.539	83.041.539
Caixa e depósitos bancários	3;4	6.026.017	8.585.096
Subtotal		298.597.191	359.800.527
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>456.017.167</b>	<b>461.090.163</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.044.492	3.044.492
Outras reservas		196.406.885	193.070.081
Resultados transitados		214.819	214.798
Excedentes de revalorização		2.947.434	2.947.434
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(841.467)	716.403
Subtotal		210.822.164	209.043.208
Resultado líquido do período		7.006.696	4.236.804
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>3</b>	<b>217.828.860</b>	<b>213.280.013</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões	3;13	10.611.916	9.246.528
Financiamentos obtidos	3;8;18	50.848.697	61.450.218
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.239.086	1.292.677
Subtotal		62.699.699	71.989.423
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	3	76.818.223	65.441.510
Adiantamentos de clientes	3	14.649.126	15.705.435
Estado e outros entes públicos	20	6.954.765	5.850.221
Financiamentos obtidos	3;8;18	63.589.188	67.646.304
Outras dívidas a pagar	3;20	10.963.846	12.326.733
Diferimentos	3;11;20	2.513.460	8.850.524
Subtotal		175.488.608	175.820.728
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>238.188.307</b>	<b>247.810.151</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>456.017.167</b>	<b>461.090.163</b>

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

\_EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3;12;20;22	140.460.967	132.124.399
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2;3;9	(209.108)	(473.237)
Variação nos inventários da produção	3;10	(310.187)	-
Trabalhos para a própria entidade	3	7.573.200	5.398.056
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(30.594.851)	(38.503.795)
Fornecimentos e serviços externos	20	(65.481.109)	(70.740.223)
Gastos com pessoal	3;19;20	(36.270.207)	(36.285.876)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(56.899)	(484.306)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;18	(28.266)	(138.589)
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(305.807)	99.264
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3;18	-	3
Outros rendimentos	14;20	33.187.736	47.475.513
Outros gastos	2;14;20	(14.997.659)	(10.349.366)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>32.967.809</b>	<b>28.121.843</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(8.893.478)	(8.787.936)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>24.074.331</b>	<b>19.333.906</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;20	(11.165.964)	(12.750.575)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>12.908.367</b>	<b>6.583.331</b>
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(5.901.671)	(2.346.527)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>7.006.696</b>	<b>4.236.804</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		7.006.696	4.236.804
Interesses que não controlam		-	-
<b>Subtotal</b>		<b>7.006.696</b>	<b>4.236.804</b>
<b>RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO</b>		<b>3,89</b>	<b>2,35</b>

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

\_EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		134.394.789	138.550.182
Pagamentos a fornecedores		(79.890.346)	(101.656.604)
Pagamentos ao pessoal		(29.464.256)	(30.315.922)
Caixa gerada pelas operações		25.040.186	6.577.656
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.337.577)	5.005.084
Outros recebimentos/pagamentos		2.177.810	1.959.523
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>24.880.419</b>	<b>13.542.263</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(8.778.798)	(9.803.902)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(8.751)	(2.664)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		17.673	18.461
Outros ativos		-	-
Juros e rendimentos similares		2.992.947	4.351.669
Dividendos		4.178.380	57.991
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>(1.598.548)</b>	<b>(5.378.445)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		127.096.427	204.044.515
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(140.602.502)	(214.022.618)
Financiamentos leasings		(1.141.320)	(1.848.200)
Juros e gastos similares		(9.881.063)	(11.480.111)
Dividendos		(900.000)	(900.000)
Outras operações de financiamento		-	(78.812)
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>(25.428.458)</b>	<b>(24.285.225)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(2.146.588)	(16.121.408)
Efeito das diferenças de câmbio		(412.491)	(174.489)
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.585.096	24.880.993
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>		<b>4</b>	<b>8.585.096</b>

A Administração,

António Luís Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António E. Lemos Catarino

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

Carlos A. S. de Noronha Dias

Álvaro D. Neves Vaz

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

# DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2017

MONTANTES EXPRESSOS EM EURO

	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS OUTRAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁCIÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
<b>POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2017</b>		10.000.000	(950.000)	3.044.492	193.070.081	214.798	2.947.434	716.403	4.236.804	213.280.013	-	213.280.013
Aplicação do resultado do período					4.236.804				(4.236.804)			
Posição em 01 de janeiro de 2017 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.044.492	197.306.885	214.798	2.947.434	716.403	-	213.280.013	-	213.280.013
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO:</b>												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Aplicação do método da equivalência patrimonial								6.994		6.994		6.994
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						22		(1.564.864)		(1.564.842)		(1.564.842)
						22		(1.557.870)		(1.557.848)		(1.557.848)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>									7.006.696	7.006.696		7.006.696
Resultado integral									7.006.696	7.006.696		7.006.696
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												
Subscrições de capital												
Subscrições de prémios de emissão												
Distribuições					(900.000)					(900.000)		(900.000)
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações					(900.000)					(900.000)		(900.000)
<b>POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>3</b>	<b>10.000.000</b>	<b>(950.000)</b>	<b>3.044.492</b>	<b>196.406.885</b>	<b>214.819</b>	<b>2.947.434</b>	<b>(841.467)</b>	<b>7.006.696</b>	<b>217.828.860</b>	<b>-</b>	<b>217.828.860</b>

## A Administração,

António Luis Amorim Martins

Álvaro D. Neves Vaz

Carlos A. S. de Noronha Dias

O Contabilista Certificado,

Maria Benedita A. de Amorim Martins

António B. Andrade Miragaia

Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474

Maria Luísa A. A. Martins Mendes

António E. Lemos Catarino

# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

## 1\_ NOTA INTRODUTÓRIA

A CONDURIL – Engenharia, S.A. (“CONDURIL” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 – 4445-416 Ermesinde – Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

## 2\_ REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho de 2015 (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho de 2015 (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior, com a exceção dos seguintes factos:

- Decorrente da entrada em liquidação, em 2016, das empresas subsidiárias 4M Properties, S.A. e Mabalane – Inertes, Lda., as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 refletem o impacto desta operação.

2.3. Impacto das alterações do normativo contabilístico:

O Decreto-lei n.º 98/2015, de 2 de junho, contempla um conjunto de alterações ao normativo contabilístico com referência a 01 de janeiro de 2016. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 contemplam uma alteração no registo das responsabilidades relacionadas com benefícios de reforma. Assim, as referidas demonstrações financeiras contemplam no capital próprio o efeito da remensuração do passivo relativa a ganhos e perdas atuariais. O impacto (aumento) nos capitais próprios a 31 de dezembro de 2016 desta alteração é de 65.644 euros (em 01 de janeiro de 2016, o aumento ascendia a 541.672 euros).

### 3\_ PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

##### a\_ Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 3 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

##### b\_ Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 – 25
Equipamento básico	3 – 16
Equipamento de transporte	3 – 8
Equipamento administrativo	3 – 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

##### c\_ Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

#### **d\_ Locações**

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

#### **e\_ Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

#### **f\_ Integração de sucursais**

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

#### **g\_ Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)**

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o

montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

#### **h\_ Gastos de financiamentos obtidos**

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

#### **i\_ Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

#### **j\_ Instrumentos financeiros**

##### **i\_ Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

##### **ii\_ Financiamentos**

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

##### **iii\_ Fornecedores e dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

##### **iv\_ Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação

ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

#### **v\_ Ações próprias**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica “Outras reservas”, não afetando o resultado do período.

#### **vi\_ Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring**

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de “*Factoring sem recurso*”, são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

#### **vii\_ Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

#### **k\_ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

#### **l\_ Periodização económica**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

#### **m\_ Impostos sobre o rendimento do período**

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

#### **n\_ Ativos não correntes detidos para venda**

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

#### **o\_ Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas**

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

#### **p\_ Complementos de reforma**

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

#### **q\_ Rédito**

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 – Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

#### **r\_ Gastos com a preparação de propostas**

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

#### **s\_ Trabalhos para a própria entidade**

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

#### **t\_ Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **u\_ Julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras, foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

### 3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

#### **a\_ Resultados por ação**

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

#### **b\_ Moeda estrangeira**

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2017		2016	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,83382	n/a	0,94868	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,08939	0,09123	0,09394	0,09231
Pulas Botswana	Euro	0,08480	0,08545	0,08910	0,08329
Metical Moçambicano	Euro	0,01420	0,01397	0,01333	0,01430
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,08341	0,09219	0,09585	0,08841
Kwacha Malawi	Euro	0,00115	0,00121	0,00132	0,00127
Kwanza Angolano	Euro	0,00529	0,00526	0,00529	0,00537
Rand Sul Africano	Euro	0,06702	0,06634	0,06976	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,06734	0,06617	0,06973	n/a

### 3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

#### a\_ Imparidade dos ativos

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos cash flows futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

## 4\_ FLUXOS DE CAIXA

### 4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

### 4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	40.731	127.294
Depósitos à ordem	5.042.504	7.513.331
Depósitos a prazo	942.782	944.471
<b>TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>6.026.017</b>	<b>8.585.096</b>

Em face do descrito na nota 18.4 realçamos o impacto positivo de 83.041.539 euros na rubrica de depósitos à ordem, após a disponibilização dos fundos que ocorrerá até ao dia 21 de março de 2018.

#### 4.3. Informação referente a perda de controlo de empresas subsidiárias no período

Em 2016, conforme referido no ponto 2.2, as subsidiárias 4M Properties, S.A. e Mabalane – Inertes, Lda. entraram em liquidação não tendo ocorrido recebimentos ou pagamentos relacionados com essa operação.

## 5\_ PARTES RELACIONADAS

### 5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

**a\_** Total de remunerações: 1.286.383 euros (2016: 1.298.567 euros).

### 5.2. Transações entre partes relacionadas

**a\_** Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
<b>SUCURSAIS:</b>			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>			
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio – Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
<b>ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:</b>			
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Portugal	33,33	33,33
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcántara – Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
<b>OUTRAS PARTICIPAÇÕES:</b>			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	20,11	21,85
Planestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
Marestrada – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
<b>PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:</b>			
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:</b>			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) – <i>Chairman</i>			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) – CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
<b>OUTRAS PARTES RELACIONADAS:</b>			
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-

**b\_ Transações e saldos pendentes:**

No decurso do presente período, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2017:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
<b>ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:</b>				
Edifer / RRC / Conduril, ACE	-	197.716	-	-
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	7.198.480	-	-	6.245.071
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.517.235	556.130	-	387.119
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	811.892	-	-	-
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	1.265.961	-	-	633.182
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	2.096.637	337.517	-	614.093
	12.890.205	1.091.363	-	7.879.465
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>				
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.594.240	-	336.000	394.327
Edirio – Construções, S.A.	2.228.691	-	-	-
Métis Engenharia, Lda.	25.478.419	32.413.030	-	-
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	14.199.244	10.993.359	15.765	47.403
Urano, Lda.	4.390.323	6.023.212	-	-
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	266.858	-	-	-
	50.157.775	49.429.601	351.765	441.730
<b>OUTRAS PARTICIPAÇÕES:</b>				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.514	-	-	-
	28.804.637	-	-	-
<b>OUTRAS PARTES RELACIONADAS:</b>				
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	49.707	55.946	-	-
Geonorte - Sucursal Angola	1.828.025	1.501.969	-	-
	1.877.732	1.557.915	-	-
PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS		GASTOS	
<b>ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:</b>				
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	3.558.148		18.432	
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	5.706.506		394.493	
	9.264.654		412.925	
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>				
Edirio- Construções, S.A.	1.338.702		1.313.305	
Métis Engenharia, Lda.	9.808.760		15.470.864	
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	247.285		796.413	
Urano, Lda.	3.237.348		5.706.230	
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	205.562		-	
	14.837.657		23.286.812	
<b>OUTRAS PARTES RELACIONADAS:</b>				
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	329.521		102.852	
Geonorte – Sucursal Angola	216.310		731.394	
	545.831		834.246	

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

Em 31 de dezembro de 2016:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
<b>ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:</b>				
Edifer / RRC / Conduril, ACE	76.213	173.568	-	-
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	7.228.043	-	-	6.245.071
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.525.939	579.305	-	387.119
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	808.096	-	-	-
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	2.251.233	-	-	-
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	10.887.960	94.227	-	206.435
	22.777.485	847.100	-	6.838.626
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>				
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.452.283	-	336.000	230.832
Edirio – Construções, S.A.	1.511.789	73.800	12.500	192.156
Métis Engenharia, Lda.	24.195.246	25.367.668	-	-
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	14.564.736	10.055.482	-	-
Urano, Lda.	1.801.761	1.902.342	-	-
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	306.361	113.160	-	-
	45.832.176	37.512.452	348.500	422.988
<b>OUTRAS PARTICIPAÇÕES:</b>				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	-	-
SPER – Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.514	-	-	-
	28.804.637	-	-	-
<b>OUTRAS PARTES RELACIONADAS:</b>				
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	1.652.962	1.265.319	-	-
	1.652.962	1.265.319	-	-
PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS		GASTOS	
<b>ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:</b>				
RAL – Rodovias do Algarve Litoral, ACE	2.019.353		-	
RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	8.225.480		162.132	
	10.244.833		162.132	
<b>SUBSIDIÁRIAS:</b>				
Edirio-Construções, S.A.	501.000		28.800	
Métis Engenharia, Lda.	9.432.164		10.523.996	
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	1.876.794		2.341.888	
Urano, Lda.	809.158		2.392.145	
	12.619.116		15.286.829	
<b>OUTRAS PARTES RELACIONADAS:</b>				
Geonorte – Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	-		692.481	
Geonorte – Sucursal Angola	232.767		262.387	
	232.767		954.868	

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros investimentos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

## 6\_ ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a\_ As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	3	33,33%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

b\_ Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

c\_ Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	31.12.2017		31.12.2016	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	94.267	82.524	94.267	74.108
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	5.801.426	580.447	5.801.426	549.069
Outros ativos intangíveis	2.006	1.727	2.006	1.727
<b>TOTAL</b>	<b>5.944.820</b>	<b>664.698</b>	<b>5.944.820</b>	<b>624.904</b>

d\_ O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO – OUTROS	31.12.2017	31.12.2016
Programas de computador	8.416	7.964
Direitos de superfície	31.378	31.466
<b>TOTAL</b>	<b>39.794</b>	<b>39.430</b>

e\_ Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante 2017 e 2016 são os que se seguem:

	2017				
	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
<b>ATIVO BRUTO:</b>					
Saldo em 31.12.2016	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
Adições	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:</b>					
Saldo em 31.12.2016	549.069	74.108	-	1.727	624.904
Adições	31.378	8.416	-	-	39.794
Transf. e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	580.447	82.524	-	1.727	664.698
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>5.220.979</b>	<b>11.743</b>	<b>47.121</b>	<b>280</b>	<b>5.280.122</b>

	2016				
	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
<b>ATIVO BRUTO:</b>					
Saldo em 31.12.2015	5.787.214	92.752	47.121	2.006	5.929.093
Adições	13.964	1.515	-	-	15.479
Transf. e abates	248	-	-	-	248
Saldo em 31.12.2016	5.801.426	94.267	47.121	2.006	5.944.820
<b>AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:</b>					
Saldo em 31.12.2015	517.603	65.703	-	1.727	585.033
Adições	31.466	7.964	-	-	39.430
Transf. e abates	-	441	-	-	441
Saldo em 31.12.2016	549.069	74.108	-	1.727	624.904
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>5.252.357</b>	<b>20.159</b>	<b>47.121</b>	<b>279</b>	<b>5.319.916</b>

## 7\_ ATIVOS TANGÍVEIS

### 7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

#### a\_ Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### b\_ Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

#### c\_ Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 – 25	4% – 10%
Equipamento básico	3 – 16	6,25% – 33,33%
Equipamento de transporte	3 – 8	12,50% – 33,33%
Equipamento administrativo	3 – 12	8,33% – 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10	10% – 33,33%

#### d/e\_ Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2017							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
<b>ATIVO BRUTO:</b>								
Saldo em 31.12.2016	2.622.286	23.417.074	80.920.590	23.446.771	1.826.741	1.154.551	10.504.974	143.892.987
Adições	-	-	1.497.633	569.663	45.428	18.993	7.591.747	9.723.463
Alienações	-	-	(1.931.603)	(704.954)	(1.715)	-	-	(2.638.272)
Transf. e abates	-	1.270.103	134.723	(51.514)	10.767	(7.584)	(1.746.806)	(390.311)
Saldo em 31.12.2017	2.622.286	24.687.177	80.621.343	23.259.966	1.881.221	1.165.960	16.349.915	150.587.868
<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2016	-	15.222.863	53.235.295	18.990.197	1.493.082	494.565	-	89.436.002
Adições	-	703.667	6.537.594	1.332.844	74.191	205.388	-	8.853.684
Alienações	-	-	(1.542.320)	(694.826)	(942)	-	-	(2.238.088)
Transf. e abates	-	-	(2.308)	(65.902)	437	266	-	(67.507)
Saldo em 31.12.2017	-	15.926.530	58.228.261	19.562.313	1.566.768	700.219	-	95.984.091
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>2.622.286</b>	<b>8.760.647</b>	<b>22.393.082</b>	<b>3.697.653</b>	<b>314.453</b>	<b>465.741</b>	<b>16.349.915</b>	<b>54.603.777</b>

	2016							TOTAL
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	
<b>ATIVO BRUTO:</b>								
Saldo em 31.12.2015	2.622.286	22.364.044	66.587.464	28.835.097	1.885.901	1.905.120	12.318.748	136.518.660
Adições	-	-	3.420.969	864.671	58.741	42.464	8.425.719	12.812.565
Alienações	-	(141.665)	(688.343)	(1.061.948)	(132.206)	(15.775)	-	(2.039.937)
Transf. e abates	-	1.194.695	11.600.499	(5.191.049)	14.305	(777.258)	(10.239.493)	(3.398.301)
Saldo em 31.12.2016	2.622.286	23.417.074	80.920.590	23.446.771	1.826.741	1.154.551	10.504.974	143.892.987
<b>DEPRECIÇÕES ACUMULADAS:</b>								
Saldo em 31.12.2015	-	14.707.166	47.334.048	20.286.327	1.483.853	594.991	-	84.406.385
Adições	-	549.386	6.234.993	1.679.660	76.645	207.824	-	8.748.508
Alienações	-	(33.689)	(278.300)	(1.039.343)	(67.000)	(7.824)	-	(1.426.156)
Transf. e abates	-	-	(55.446)	(1.936.447)	(416)	(300.426)	-	(2.292.735)
Saldo em 31.12.2016	-	15.222.863	53.235.295	18.990.197	1.493.082	494.565	-	89.436.002
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>2.622.286</b>	<b>8.194.211</b>	<b>27.685.295</b>	<b>4.456.574</b>	<b>333.659</b>	<b>659.986</b>	<b>10.504.974</b>	<b>54.456.988</b>

## 7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	7.591.747	2.805.272
Equipamento básico	-	5.405.252
Equipamento de transporte	-	199.702
Outros ativos fixos tangíveis	-	15.493
<b>TOTAL</b>	<b>7.591.747</b>	<b>8.425.719</b>

## 7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA COMO PARTE DE CUSTO DE OUTROS ATIVOS	TOTAL
Edifícios e outras construções	703.667	-	703.667
Equipamento básico	6.537.594	-	6.537.594
Equipamento de transporte	1.332.844	-	1.332.844
Equipamento administrativo	74.191	-	74.191
Outros ativos fixos tangíveis	205.388	-	205.388
<b>TOTAL</b>	<b>8.853.684</b>	<b>-</b>	<b>8.853.684</b>

## 7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	15.926.530	15.222.863
Equipamento básico	58.228.261	53.235.294
Equipamento de transporte	19.562.313	18.990.197
Equipamento administrativo	1.566.768	1.493.080
Outros ativos fixos tangíveis	700.219	494.565
<b>TOTAL</b>	<b>95.984.091</b>	<b>89.435.999</b>

## 7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2017	31.12.2016
Edifícios e outras construções	16.349.915	10.138.279
Equipamentos	-	166.993
Equipamento de transporte	-	199.702
Outros ativos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>16.349.915</b>	<b>10.504.974</b>

## 7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2017	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	44.990.788	32.387.468	12.603.320
Angola	80.344.301	48.889.536	31.454.765
Moçambique	8.234.416	3.740.193	4.494.224
Marrocos	2.215.078	2.009.250	205.828
Botswana	89.614	76.064	13.549
Cabo Verde	4.476	2.834	1.642
Zâmbia	11.055.488	7.351.990	3.703.498
Malawi	1.801.868	775.690	1.026.178
Gabão	1.851.839	751.066	1.100.773
<b>TOTAL</b>	<b>150.587.868</b>	<b>95.984.091</b>	<b>54.603.777</b>

2016	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.537.020	32.503.940	13.033.080
Angola	73.559.235	45.779.013	27.780.222
Moçambique	8.013.941	3.081.436	4.932.505
Marrocos	2.215.078	1.848.588	366.490
Botswana	75.227	73.843	1.384
Cabo Verde	32.774	18.250	14.525
Zâmbia	10.832.366	5.420.754	5.411.612
Malawi	1.801.564	401.144	1.400.420
Gabão	1.825.782	309.032	1.516.750
<b>TOTAL</b>	<b>143.892.987</b>	<b>89.435.999</b>	<b>54.456.988</b>

## 8\_ LOCAÇÕES

## 8.1. Locações financeiras - Locatários:

a\_ Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31.12.2017	31.12.2016
Equipamento básico	820.886	658.710
Equipamento de transporte	724.013	370.855
<b>TOTAL</b>	<b>1.544.899</b>	<b>1.029.565</b>

b\_ Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 e o seu valor presente:

	31.12.2017	31.12.2016
Pagamentos mínimos até 1 ano	497.598	168.111
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	955.796	213.878
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
<b>TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS</b>	<b>1.453.394</b>	<b>381.989</b>
Pagamento de juros futuros	27.680	6.047
<b>VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES</b>	<b>1.425.714</b>	<b>375.942</b>

c\_ Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Não mais de 1 ano	497.598	168.111	483.294	164.355
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	955.796	213.878	942.420	211.587
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.453.394</b>	<b>381.989</b>	<b>1.425.714</b>	<b>375.942</b>

## 9\_ INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

### 9.1. Empreendimentos conjuntos

a\_ Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DESCRIÇÃO	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e RRC
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Evolution e Tecnovia

b\_ Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

2017 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	107.864	609.606	607.146	284.150
Group. Adriano/Jaime Ribeiro/Conduril Construção, ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement CJA/Lote 3 Construção, ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador – Construção, ACE	50%	-	n/d	n/d	n/d
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	-	6.022.531	(3.545.254)	(4.447.544)
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	10.230.179	(3.438.368)	(2.282.516)
<b>TOTAL</b>		<b>107.864</b>			

2016 DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	107.864	951.904	323.623	(3.450)
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	33,33%	-	12.500.318	(18.737.088)	(6.961.131)
Groupement CJA/Lot 3 – Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	9.810.799	(774.238)	(82.482)
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	161.139	21.943.451	902.291	66.046
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	48.724.063	(1.155.853)	67.866
<b>TOTAL</b>		<b>269.003</b>			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA/Lot 3 – Construção ACE, Groupement Túnel de Nador - Construção ACE e Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE.

c\_ Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

## 9.2. Empresas subsidiárias

## a\_ Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DESCRIÇÃO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio – Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial

## b\_ Dados sobre as entidades:

2017 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.069.064	(395.326)	(164.494)
Edirio – Construções, S.A.	146.810	2.461.716	159.310	351.466
Métis Engenharia, Lda.	9.404.523	38.754.410	9.264.378	238.046
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	19.176.465	(63.168)	(132.746)
Urano, Lda.	2.775.097	10.648.789	2.803.165	737.334
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	7.630	1.049.151	7.630	(177.815)
<b>TOTAL</b>	<b>12.334.060</b>			

2016 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.092.426	(230.832)	(141.992)
Edirio – Construções, S.A.	-	1.340.564	(192.156)	55.407
Métis Engenharia, Lda.	9.168.363	37.188.041	8.833.729	542.789
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	67.303	20.008.745	67.303	590.863
Urano, Lda.	2.040.934	6.554.604	2.061.549	215.698
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	185.445	710.277	185.445	22.851
<b>TOTAL</b>	<b>11.462.045</b>			

Relacionado com estas participações encontram-se registados, em 2017, na rubrica “Outros investimentos financeiros”, os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	336.000
Edirio – Construções, S.A.	12.500	-
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	15.765	15.765
<b>TOTAL</b>	<b>364.265</b>	<b>351.765</b>

## 9.3. Rendimentos/Perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2017	31.12.2016
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(424.297)	747.155
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1.124.913	(57.084)
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	179.687	208.515
Eliminação de gastos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	(29.830)	-
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(1.059.581)	(1.371.822)
<b>TOTAL</b>	<b>(209.108)</b>	<b>(473.237)</b>

## 10\_ INVENTÁRIOS

### 10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

### 10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2017	31.12.2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.796.879	12.355.731
Mercadorias	27.806	50.190
Produtos acabados e intermédios	129.375	129.375
Produtos e trabalhos em curso	-	310.187
	11.954.060	12.845.484
Perdas por imparidade	(847.802)	(790.903)
<b>TOTAL</b>	<b>11.106.258</b>	<b>12.054.581</b>

### 10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Inventário inicial	50.190	13.642	11.564.828	5.335.754
Perdas por imparidade em existências	-	-	-	(484.306)
Compras	-	-	29.979.100	45.217.176
Reclassificação e regularização de inventários	(22.384)	36.548	-	-
Inventário final	(27.806)	(50.190)	(10.949.077)	(11.564.828)
<b>GASTO DO PERÍODO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>30.594.851</b>	<b>38.503.796</b>

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Inventário inicial	129.375	129.375	310.187	310.187
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(129.375)	(129.375)	-	(310.187)
<b>VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>310.187</b>	<b>-</b>

### 10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2017	31.12.2016
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	56.899	484.306
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>56.899</b>	<b>484.306</b>

## 10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2016	790.903
Reforço	56.899
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2017	847.802

## 11\_ CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

## 11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2017	RÉDITO DE 2016
Contratos de construção	136.399.636	120.299.176
<b>TOTAL</b>	<b>136.399.636</b>	<b>120.299.176</b>

## 11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

## 11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

## 11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2017	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	257.758.469	354.047.924	6.900.473	1.977.656
<b>TOTAL</b>	<b>257.758.469</b>	<b>354.047.924</b>	<b>6.900.473</b>	<b>1.977.656</b>

2016	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	262.306.484	321.320.234	5.380.509	3.134.656
<b>TOTAL</b>	<b>262.306.484</b>	<b>321.320.234</b>	<b>5.380.509</b>	<b>3.134.656</b>

## 12\_ RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

**a\_ Vendas** – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

**b\_ Prestações de serviços** – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

**c\_ Juros** – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

**d\_ Dividendos** – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2017	31.12.2016
Vendas de bens	457.907	74.555
Prestações de serviços	140.003.060	132.049.843
Juros	3.349.826	4.934.035
Dividendos	4.178.380	57.991
<b>TOTAL</b>	<b>147.989.173</b>	<b>137.116.424</b>

## 13\_ PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

### 13.1. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.983.694	364.222	-	(60.488)	2.287.428
Outras provisões	1.220	3.348	-	(1.275)	3.293
	1.984.914	367.570	-	(61.763)	2.290.721
Investimentos financeiros (Nota 9)	7.261.614	1.251.737	-	(192.156)	8.321.195
<b>TOTAL</b>	<b>9.246.528</b>	<b>1.619.307</b>	<b>-</b>	<b>(253.919)</b>	<b>10.611.916</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.627.286	434.802	-	(78.394)	1.983.694
Outras provisões	456.891	1.709	-	(457.380)	1.220
	2.084.177	436.511	-	(535.774)	1.984.914
Investimentos financeiros (Nota 9)	5.945.774	2.031.100	-	(715.261)	7.261.614
<b>TOTAL</b>	<b>8.029.951</b>	<b>2.467.611</b>	<b>-</b>	<b>(1.251.035)</b>	<b>9.246.528</b>

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente, o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE, Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE e a RBA – Rodovias do Baixo Alentejo, ACE.

### 13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso a Empresa está convicta de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo nosso gabinete jurídico interno, assim como pelos consultores jurídicos e fiscais.

### 13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 59.691.331 euros (em 31 de dezembro de 2016 o montante ascendia a 79.400.949 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

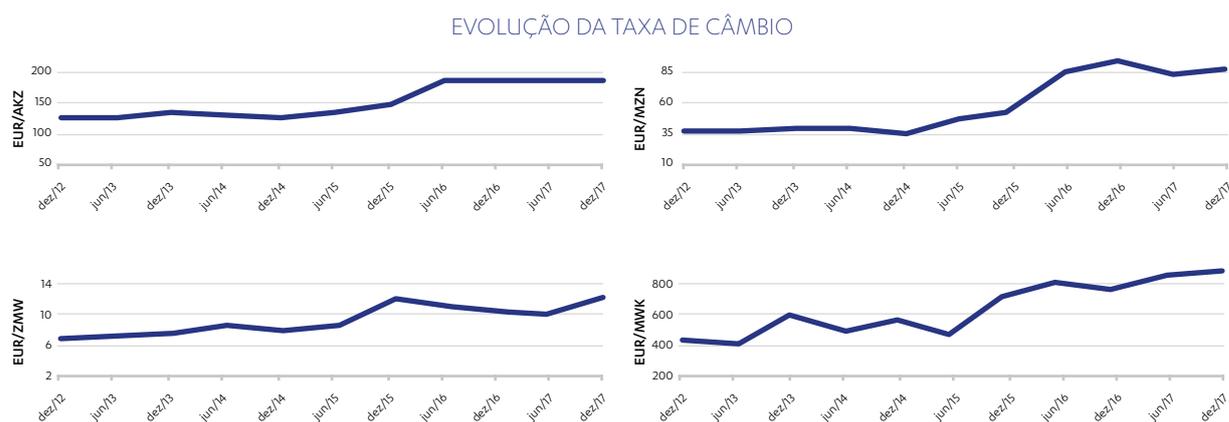
### 13.4. Gestão de riscos financeiros

#### a\_ Princípios gerais

A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

#### b\_ Risco taxa de câmbio

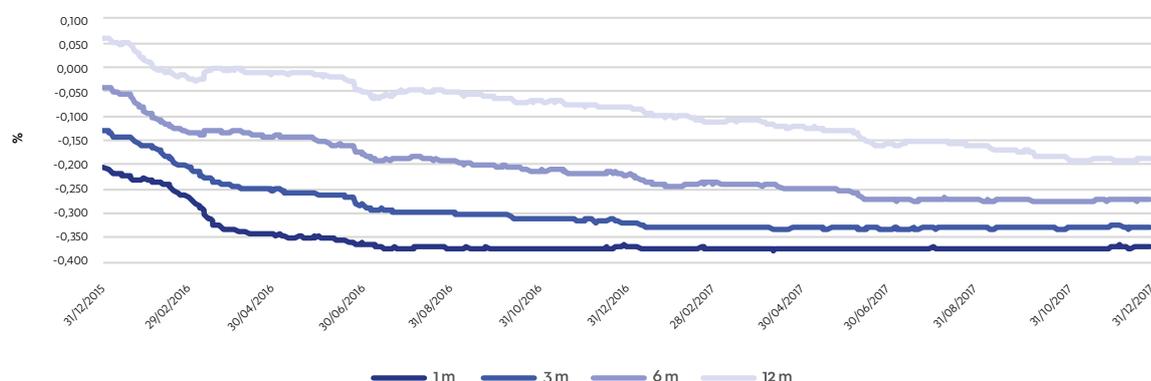
Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi e Gabão), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia e Kwacha Malawi face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.



#### c\_ Risco taxa de juro

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Em 2017 não foi efetuada nenhuma cobertura de taxa de juro, no entanto, dadas as perspetivas de evolução da taxa de juro para 2018, estamos a estudar a possibilidade de fazer uma cobertura de taxa de juro para parte do nosso financiamento.

## EVOLUÇÃO DA TAXA EURIBOR

**d\_ Risco de crédito**

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i\_ avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos;
- ii\_ limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii\_ monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv\_ realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

**e\_ Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. Também por política, essas facilidades são contratadas sem envolver concessão de garantias.

## 14\_ EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

### 14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2017	31.12.2016
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	10.508.920	4.777.106
<b>TOTAL</b>	<b>10.508.920</b>	<b>4.777.106</b>
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	10.961.104	29.405.739
<b>TOTAL</b>	<b>10.961.104</b>	<b>29.405.739</b>

## 14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2016	(4.259.241)
Reforços	6.991
Reduções	-
Saldo a 31.12.2017	(4.252.250)
<b>SALDO A 31.12.2017</b>	<b>(4.259.241)</b>

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2015	(1.710.770)
Reforços	216.263
Reduções	(2.764.734)
Saldo a 31.12.2016	(4.259.241)
<b>SALDO A 31.12.2016</b>	<b>(4.259.241)</b>

## 15\_ ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

## 15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## 15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de fevereiro de 2018. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e *performance* financeira e fluxos de caixa.

## 15.3. Acontecimentos após a data do balanço que não deram origem a ajustamentos

Encontrando-se a atividade da Conduril exposta ao risco da taxa de câmbio do kwanza, importa realçar que à data de aprovação das demonstrações financeiras a taxa de câmbio oficial definida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) apresenta uma desvalorização de cerca de 40% face ao euro.

## 16\_ MATÉRIAS AMBIENTAIS

## 16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2017, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 74.477 euros (em 2016 ascenderam a 25.713 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

## 16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	74.477
Tratamento de águas residuais	-
<b>TOTAL</b>	<b>74.477</b>

## 17\_ IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### 17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	5.792.123	2.767.488
	5.792.123	2.767.488
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	109.548	(420.962)
	109.548	(420.962)
<b>GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>5.901.671</b>	<b>2.346.527</b>

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

### 17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes de impostos	12.908.367	6.583.331
Gasto com impostos sobre o rendimento	5.901.671	2.346.527
Taxa efetiva de imposto	45,72%	35,64%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2016 e 2017)	4.355.958	2.151.045
<b>AJUSTAMENTOS:</b>		
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	507.335	2.508
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(66.674)	(160.560)
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis	27.190	-
Gastos não aceites como custo fiscal	114.898	318.792
Provisões não aceites como gasto	81.904	160.020
Reversão de provisões não tributadas	(268)	-
Restituição de impostos	(31.250)	(1.236)
Outros rendimentos não tributados	(1.051.148)	(330.518)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(367.210)	-
Prejuízos fiscais gerados no período	2.765.260	201.493
Tributações autónomas	196.383	524.678
Benefícios fiscais	(1.543)	-
Impostos diferidos decorrentes de períodos anteriores	109.548	(420.962)
Dupla tributação internacional	(522.775)	-
Outros	(215.937)	(98.733)
	1.545.713	195.482
<b>GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>	<b>5.901.671</b>	<b>2.346.527</b>

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

### 17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIAÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	236.714	(30.708)	-	(206.006)	-
Outros	31.929	(1.541)	103.713	(30.388)	103.713
<b>TOTAL</b>	<b>268.643</b>	<b>(32.249)</b>	<b>103.713</b>	<b>(236.394)</b>	<b>103.713</b>

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.057.889	-	-	(72.943)	984.946
Depreciações não aceites	234.788	(30.457)	49.809	-	254.140
<b>TOTAL</b>	<b>1.292.677</b>	<b>(30.457)</b>	<b>49.809</b>	<b>(72.943)</b>	<b>1.239.086</b>

A 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	-	-	236.714	-	236.714
Outros	1.879	178	29.873	-	31.929
<b>TOTAL</b>	<b>1.879</b>	<b>178</b>	<b>266.586</b>	<b>-</b>	<b>268.644</b>

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIACÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.100.869	-	-	(42.980)	1.057.889
Depreciações não aceites	302.167	44.017	-	(111.395)	234.788
<b>TOTAL</b>	<b>1.403.036</b>	<b>44.017</b>	<b>-</b>	<b>(154.375)</b>	<b>1.292.677</b>

O montante referente a “Alteração da taxa de IRC” está relacionado com a não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

## 18\_ INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 18.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

### 18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2017		31.12.2016	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	131.728.693	(105.936)	112.258.052	-
Clientes, c/garantias	5.454.928	-	6.978.962	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.811.643	(2.811.643)	2.875.746	(2.875.746)
<b>TOTAL</b>	<b>139.995.264</b>	<b>(2.917.579)</b>	<b>122.112.760</b>	<b>(2.875.746)</b>

### 18.3. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os títulos da dívida pública do Estado Angolano de curto prazo (obrigações do tesouro), recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas em atraso do cliente Instituto Nacional de Estradas de Angola.

### 18.4. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica enquadra-se na “Convenção à Exportação de Bem de Equipamento e Serviços de Origem Portuguesa, para a República de Angola” que beneficia de Garantia do Estado Português, montante que ficará disponível até ao dia 21 de março de 2018 de acordo com informação do banco financiador.

### 18.5. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2017	31.12.2016
Contas caucionadas	20.836.065	24.195.489
Empréstimos bancários	41.798.706	42.318.587
Papel comercial	32.141.669	46.103.869
Locações financeiras	1.425.714	375.942
Factoring	288.824	-
Descobertos bancários contratados	17.946.907	16.102.636
<b>TOTAL</b>	<b>114.437.885</b>	<b>129.096.522</b>

### 18.6. Participações financeiras registadas ao custo e outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2017			31.12.2016		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	110.000	11.396.123	-	110.000	11.396.122	-
SPER, S.A.	129.500	17.408.516	-	129.500	17.408.514	-
Planestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.000	-	-	5.000	-	-
Marestrada - Op. Man. Rod., S.A.	5.001	-	-	5.000	-	-
Norgarante	10.000	-	-	10.000	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	76.815	-	-	76.815	-	-
Edirio, S.A.	-	12.500	-	-	12.500	(12.500)
Conduril - Concessões Infraest., S.A.	-	336.000	(351.765)	-	336.000	(336.000)
ENOP - Eng. Obras Públicas, Lda.	-	15.765	-	-	14.797	-
Outros - Títulos dívida pública	55.470.944	-	-	-	-	-
Outros - FCT	24.666	-	-	15.919	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>56.173.301</b>	<b>29.168.904</b>	<b>(351.765)</b>	<b>693.609</b>	<b>29.167.933</b>	<b>(348.500)</b>
OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS		84.990.440			29.513.042	

Em 31 de dezembro de 2017, na sequência das alterações previstas ao pagamento de títulos de dívida pública, estes títulos foram reclassificados para a rubrica de investimentos financeiros não correntes.

### 18.7. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

#### a\_ Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos bancários	3.348.016	4.931.466
Outros	1.810	2.569
<b>TOTAL</b>	<b>3.349.826</b>	<b>4.934.035</b>

#### b\_ Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	31.12.2016
Financiamentos	10.547.804	10.997.962
Locações financeiras	13.893	57.794
Outros	66.666	35.383
<b>TOTAL</b>	<b>10.628.363</b>	<b>11.091.140</b>

### 18.8. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, a Empresa conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2017	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	418.107	-
Outros créditos a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>418.107</b>	<b>-</b>

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2016	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	138.589	-
Outros créditos a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>138.589</b>	<b>-</b>

### 18.9. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2017, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

### 18.10. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2017, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

## 19\_ BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2017, existiam 108 funcionários (2016: 101 funcionários) a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2017, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2017	31.12.2016
Custo dos serviços correntes	267.113	256.028
Custo juros	345.055	323.221
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Retorno dos ativos	(327.224)	(328.737)
Outras variações	-	3.049
<b>TOTAL</b>	<b>284.944</b>	<b>253.561</b>

Em 31 de dezembro de 2017, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 2.438.455 euros (2016: 588.646 euros). Este montante encontra-se registado na rubrica “Credores por acréscimo de gastos”. As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de Capital próprio, “Ajustamentos/ Outras variações de capital próprio”, no montante de 1.499.220 euros.

Pressupostos utilizados no estudo atuarial:

	31.12.2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Idade normal de reforma	65 anos
Número de pensões no ano	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	curva swap a 29/12/2017 acrescida de 2,25 p.p.
Taxa de crescimento dos salários	1,75%

## 20\_ OUTRAS INFORMAÇÕES

### 20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é o seguinte:

ATIVO	31.12.2017	31.12.2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	4.183	3.950
Imposto sobre o Valor Acrescentado	7.823.838	8.533.615
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.173.443	995.862
Outras tributações	3.305.530	3.154.328
<b>TOTAL</b>	<b>12.306.994</b>	<b>12.687.755</b>

PASSIVO	31.12.2017	31.12.2016
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	460.499	451.815
Imposto sobre o Valor Acrescentado	3.373.005	3.718.705
Contribuições para a Segurança Social	457.300	451.167
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2.269.890	271.157
Outras tributações	394.071	957.376
<b>TOTAL</b>	<b>6.954.765</b>	<b>5.850.221</b>

## 20.2\_ Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2017 e 2016 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2017	31.12.2016
Mercado interno	24.348.535	22.959.139
Mercado externo	116.112.432	109.165.260
<b>TOTAL</b>	<b>140.460.967</b>	<b>132.124.399</b>

## 20.3. Fornecimento e serviços externos

A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Subcontratos	28.851.599	28.067.647
Serviços especializados	19.437.492	22.454.522
Materiais	2.893.934	3.813.622
Energia e fluidos	5.455.292	5.369.396
Deslocações, estadas e transportes	3.420.832	3.682.215
Rendas e alugueres	1.694.906	2.612.094
Comunicação	418.670	448.787
Seguros	781.765	1.030.901
Contencioso e notariado	33.500	103.320
Despesas de representação	106.966	152.683
Limpeza, higiene e conforto	274.673	264.127
Outros serviços	2.111.480	2.740.908
<b>TOTAL</b>	<b>65.481.109</b>	<b>70.740.223</b>

## 20.4. Gastos com pessoal

A rubrica "Gastos com pessoal" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Remunerações dos órgãos sociais	1.124.576	1.137.000
Remunerações do pessoal	27.892.300	27.853.368
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	284.944	253.561
Indemnizações	88.527	219.375
Encargos sobre remunerações	2.854.711	2.717.449
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	754.633	904.272
Gastos de ação social	2.299.392	2.537.561
Outros	971.124	663.291
<b>TOTAL</b>	<b>36.270.207</b>	<b>36.285.876</b>

## 20.5. Outros rendimentos

A rubrica "Outros rendimentos" tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos suplementares	13.880.717	12.573.422
Descontos de pronto pagamento obtidos	6.892	10.422
Diferenças de câmbio favoráveis	10.961.104	29.405.739
Ganhos em inventários	7.567	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	352.608	287.084
Juros obtidos	3.349.825	4.934.035
Dividendos obtidos	4.178.380	57.991
Outros	450.643	206.820
<b>TOTAL</b>	<b>33.187.736</b>	<b>47.475.513</b>

## 20.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Impostos	3.170.375	3.166.960
Descontos de pronto pagamento concedidos	818.783	6.060
Dívidas incobráveis	51.949	839.516
Diferenças de câmbio desfavoráveis	10.508.920	4.777.106
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	31.575	597.781
Outros	416.057	961.942
<b>TOTAL</b>	<b>14.997.659</b>	<b>10.349.366</b>

## 20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2017	31.12.2016
Juros suportados	10.561.697	11.055.756
Outros gastos e perdas de financiamento	604.267	1.694.819
<b>TOTAL</b>	<b>11.165.964</b>	<b>12.750.575</b>

## 20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2017	31.12.2016
Gastos a reconhecer – seguros	243.993	351.401
Fundo de pensões – excedente (Nota 19)	-	-
Outros diferimentos	30.364	42.368
<b>TOTAL</b>	<b>274.357</b>	<b>393.770</b>

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2017	31.12.2016
Rendimentos a reconhecer – NCRF 19	1.262.666	7.275.227
Rendimentos a reconhecer – lucros operações internas	942.157	655.513
Fundo de pensões (Nota 19)	-	-
Faturação a reconhecer	308.637	919.784
<b>TOTAL</b>	<b>2.513.460</b>	<b>8.850.524</b>

## 20.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Fornecedores saldos devedores	466.402	136.642
Pessoal	33.620	35.760
Fornecedores de investimentos	-	4.920
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	49.994
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.085.367	20.131.621
Devedores diversos	33.184.487	31.026.751
<b>TOTAL</b>	<b>46.819.627</b>	<b>51.385.688</b>

A rubrica "Outras dívidas a pagar" em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes saldos credores	43.199	64.758
Pessoal	2.021.519	1.289.280
Fornecedores de investimentos	164.024	38.624
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	2.754.148	2.514.084
Credores por acréscimos de gastos - outros	3.242.367	1.694.284
Credores diversos	2.738.589	6.725.703
<b>TOTAL</b>	<b>10.963.846</b>	<b>12.326.733</b>

## 20.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 7.006.696 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 2.700.000 euros, que correspondem a 1,50 euros por ação;
- Reservas Livres: 4.306.696 euros.

## 21\_ DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

## 22\_ DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º E O N.º 4 DO ARTIGO 9.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO.

### 22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2017	31.12.2016
Portugal	27.102.505	33.982.467
Angola	80.098.084	62.089.237
Moçambique	2.978.455	11.233.320
Marrocos	419.526	-
Senegal	-	1.483.473
Zâmbia	18.199.823	12.435.815
Malawi	4.697.626	5.194.827
Gabão	6.964.948	5.705.260
<b>TOTAL</b>	<b>140.460.967</b>	<b>132.124.399</b>

### 22.2. Honorários Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2017, ascenderam a 28.750 euros.

A Administração,

\_\_\_\_\_  
António Luís Amorim Martins

\_\_\_\_\_  
António B. Andrade Miragaia

\_\_\_\_\_  
Maria Benedita A. de Amorim Martins

\_\_\_\_\_  
António E. Lemos Catarino

\_\_\_\_\_  
Maria Luísa A. A. Martins Mendes

\_\_\_\_\_  
Carlos A. S. de Noronha Dias

\_\_\_\_\_  
Álvaro D. Neves Vaz

\_\_\_\_\_  
Ricardo N. A. A. Vaz Guimarães

O Contabilista Certificado,

\_\_\_\_\_  
Carla M. P. Ribeiro, C. C. n.º 76.474



# **\_RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

RELATÓRIO E CONTAS **2017**



Portugal

# CONSELHO FISCAL

## \_EXERCÍCIO DE 2017

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## \_RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da CONDURIL - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2017, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

## \_PARECER

**1\_** que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017,

**2\_** que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 12 de março de 2018

O Conselho Fiscal,

---

Crisóstomo Aquino de Barros, Presidente

---

Daniela Brás Vigário Silva

---

José Tiago Sapage Meireles de Amorim



# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

RELATÓRIO E CONTAS **2017**



Portugal

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

## RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 456.017.167 euros e um total de capital próprio de 217.828.860 euros, incluindo um resultado líquido de 7.006.696 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **\_RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 12 de março de 2018

---

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)





## CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835  
4445-416 Ermesinde – Portugal  
T. +351 229 773 920  
F. +351 229 748 668  
geral@conduril.pt

### CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)  
Município de Ingombota – Luanda – Angola  
T. +244 949 422 665  
expgeralluanda@conduril.pt

### CONDURIL MOÇAMBIQUE

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,  
Parcela 3380/12 – Matola – Moçambique  
T. +258 219 025 88  
delegacao@conduril.co.mz

### CONDURIL BOTSWANA

Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village  
Tlokweng – Gaborone – Botswana  
T. +267 319 02 53  
F. +267 393 03 25  
info@conduril.co.bw

### CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road  
Lusaka – Zambia  
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill  
Lusaka – Zambia  
T. +260 211 291 441  
zambia@conduril.pt

### CONDURIL MALAWI

Campe Site P.O. Box. 40  
Liwonde – Malawi  
T. +265 994 956 884  
malawi@conduril.pt

### CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après le carrefour CP)  
Libreville – Gabon  
gabon@conduril.pt